

Trabalhadores da Chesf decidem em assembleia suspender greve dos dias 22, 23 e 24 de maio

Atendendo orientação do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), os/as trabalhadores/as da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) decidiram, em assembleia na última esta terça-feira (22/05), pela suspensão da greve marcada para os dias 22, 23 e 24. O movimento havia sido articulado em resposta à falta de avanços em cláusulas sociais, econômicas e de benefícios na negociação com a Eletrobras do próximo acordo coletivo da categoria (ACT 2018/2019). A próxima rodada de negociação está agendada para o dia 7 de junho.

A decisão de suspender a paralisação foi tomada porque os trabalhadores da Chesf do Ceará entenderam que no momento atual é prioridade intensificar a mobilização em Brasília contra a aprovação da privatização da Eletrobras/Chesf. A categoria entende que é necessário pressionar os deputados federais e senadores para barrarem a aprovação do Projeto de Lei 9463/2018 que dispõe sobre a desestatização da Eletrobras e outras ações que tramitam no Congresso. A Medida Provisória 814/17, que incluía a estatal e suas subsidiárias, entre elas a Chesf, no Programa Nacional de Desestatização, estava na pauta de votação da Câmara desta terça, mas por articulação do bloco de oposição não foi votada.

Na assembleia na sede da Chesf em Fortaleza, foi aprovado o indicativo de agendar uma nova data para uma paralisação de 72 horas dos trabalhadores da Chesf: 28, 29 e 30 de maio. A proposta será apresentada ao CNE. O presidente do Sindeletro, Cesário Macêdo, afirma que este é um momento decisivo e que os trabalhadores da Chesf devem se mobilizar para fazer pressão sobre a bancada cearense contra a privatização da Eletrobras/Chesf. “Se isso vier a acontecer, toda a negociação do ACT fica comprometida porque muda tudo. Não podemos permitir. Barrar a venda da Eletrobras é uma prioridade na pauta nacional de mobilização”, explica.

Novidade

Na noite desta terça-feira (22/05), o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), anunciou que retirou da pauta de votação da Câmara a MP 814. A decisão do deputado é resultado direto da pressão realizada na Casa pelo bloco de oposição (PT, PCdoB, PDT, PSB e Psol) que estava obstruindo a pauta de votação por conta da matéria. Os parlamentares também vinham sendo pressionados pelo movimento nacional contra a venda da Eletrobras, coordenado pelo CNE, que tem promovido audiências públicas, debates e atos públicos por todo o país. A MP perderá a sua validade no dia 1º de junho.



Chesfianos/as aprovaram suspensão da greve em assembleia realizada na sede da Chesf em Fortaleza

